



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2716 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 05 - Estado e Política Educacional

ENSINO INTEGRAL E DIREITO À EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA ESCOLA VIVA

Bianca Gonçalves - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Raísa Maria de Arruda Martins - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não possui

RESUMO:

O presente trabalho é parte integrante dos estudos de mestrado da pesquisadora, o qual encontra-se em andamento, e tem como objetivo expor de maneira introdutória uma análise acerca de um programa que vem sendo implementado em escolas de ensino médio no estado do Espírito Santo. A pesquisa, compreendida no campo da Educação Básica, tem como seu objeto de estudo o “Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único”, popularmente conhecido como Programa ‘Escola Viva’, o qual tem por proposta um conjunto de ações inovadoras no campo do conteúdo, do método e da gestão com o objetivo de melhorar a oferta e qualidade do ensino público capixaba. Pretendendo analisar os significados do modelo de organização e funcionamento das escolas de ensino médio proposto pelo Programa Escola Viva para a formação dos Jovens, esse trabalho fará uma discussão do tema junto às literaturas que versam sobre o mesmo para compreender melhor as questões que tangem e fundamentam a temática do ensino médio e da educação em tempo integral no Brasil.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Ensino médio. Educação em Tempo Integral.

Esse trabalho se caracteriza como um processo inicial de uma pesquisa de mestrado em andamento compreendida no campo da Educação Básica e tem como seu objeto de estudo o “Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único”, popularmente conhecido como Programa ‘Escola Viva’. Instituído pelo governo do estado do Espírito Santo em 12 de junho de 2015 por meio da Lei Complementar nº 799, o programa traz como proposta, a partir da ampliação da jornada escolar, um conjunto de ações inovadoras no campo do conteúdo, do método e da gestão com o objetivo de melhorar a oferta e qualidade do ensino público capixaba. Pretendendo analisar os significados do modelo de organização e funcionamento das escolas de ensino médio proposto pelo Programa Escola Viva para a formação dos Jovens, esse trabalho apresentará em caráter introdutório, uma discussão do tema junto às literaturas que versam sobre o mesmo.

O ensino médio no Brasil já caracterizou-se por diferentes finalidades e as incongruências que o cercam historicamente são antigas e perduram até os dias atuais. Adotando uma perspectiva histórica, partimos da década de 1930, momento em que a ideia de educação como um direito de todos não era uma realidade, tão pouco a primazia pela qualidade de ensino ofertado. É também nesse mesmo período que ocorre no Brasil um forte processo de industrialização que acaba por estabelecer, mediante a necessidade de mão de obra para o mercado, a dualidade da educação que emerge nessa época com um ensino profissional e utilitarista voltado para a formação das massas populares com o objetivo de atender aos interesses e demandas do setor econômico (FERREIRA, 2017).

Segundo Paolo Nosella (2011), a partir desse período passou-se a organizar no Brasil um sistema de ensino voltado para a profissionalização, no qual ficou estabelecida legalmente, a dualidade pedagógica, fortemente determinada pelas questões de pertença social.

Corroborando com essa constatação de Nosella, Dagmar (2005) afirma que:

Como desdobramento da Constituição de 1937, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, estabeleceu a dualidade do sistema, explicitando que a escolarização, depois do primário obrigatório de quatro anos, teria duas vertentes: o ensino secundário regular – em dois ciclos perfazendo sete anos – destinado às “elites condutoras” e o ensino profissionalizante – também em dois ciclos em sete anos – para as classes populares (Dagmar, 2005, p. 4).

Andrade (2012) faz uma boa reflexão quanto à dualidade dos princípios educativos existentes dentro da sociedade capitalista onde há divisão de classes. Ao analisar a relação educação e trabalho, o autor expõe a necessidade de se pensar as reais possibilidades de como ofertar educação pública de qualidade de maneira igual em uma sociedade desigual, considerando o recorte de classes e a maneira como a escola produz o saber e a formação de modo a se subordinar ao poder hegemônico do capital. Afirma o autor que:

[...] A escola intensifica a separação entre o dono do meio de produção e o proletariado na medida em que esta instituição reproduz o domínio da classe dominante. Depois, convoca-se a escola para preparar esta mão de obra em consonância com a demanda produtiva. Essa preparação exige imediatismo, currículo mínimo, enfim, cursos que atendam ao mercado para produção de bens e serviços. Esse ciclo vicioso revitaliza-se a cada nova demanda, aumentando assim o abismo daqueles que acumulam capital em detrimento dos que vendem a sua mão de obra para sobrevivência. Em síntese, sobressai a dualidade, o domínio de uma classe sobre outra, o trabalho manual versus o trabalho intelectual (Andrade, 2012, p.7).

Para Dourado (2007), a educação é parte de um processo abrangente de socialização da cultura que o homem produz enquanto sujeito histórico. A escola, dentro dessa lógica, tem como função ser um locus privilegiado de produção e apropriação do saber, onde os princípios formativos, os processos de organização, a gestão e as políticas elaboradas para esse campo estarão sempre em consonância com os objetivos do Estado e a conjuntura política que o compõe. É preciso salientar que as concepções estabelecidas nesse trabalho a cerca da educação partem da compreensão de que essa se dá como uma prática social, característica das relações sociais mais amplas, e se encontra em um processo de disputa constante quanto a maneira que se constitui sua produção e mediação do saber.

Desse modo, ao comentar a proposta do programa Escola Viva em implantar essas novas ações que alteram o tempo na escola, o currículo, os métodos pedagógicos e o modelo de gestão, fundamentamos através da literatura que é preciso compreender para além dos fatores internos do campo da educação. É preciso considerar aspectos políticos e econômicos, pois esses também influenciam nas elaborações e no modo como serão executadas as políticas educacionais.

Para Fagnani (2014), os problemas que permeiam a educação são profusos e correspondem a deficiências dentro e fora do campo educacional. A escola, ao tratar dos problemas que se materializam em seu funcionamento interno, encontra carências específicas vinculada a fatores como, “formação, carreira e salários dos professores; infraestrutura inadequada; tamanho da escola; número de alunos por sala de aula; organização escolar; processos pedagógicos; organização curricular” (FAGNANI, 2014, p.2). Mas o contexto educacional brasileiro conta também com carências externas ao ambiente escolar, como a “crônica desigualdade social brasileira que têm raízes históricas herdadas do passado escravocrata, do caráter específico do capitalismo tardio e da curta experiência democrática” (FAGNANI, 2014, p.2), dentre outros fatores que tornam precários os avanços de um ensino com qualidade e equidade, e que possa assegurar o direito constitucional de acesso à educação.

Diante do que foi apresentado, nota-se que muitas são as questões existentes no ensino médio, tais como a identidade da formação dos sujeitos (alunos), o financiamento e os recursos necessários para oferta e manutenção de um ensino médio de qualidade, a valorização do profissional docente, a conjuntura política em vigência e a efetivação da garantia do acesso à educação entre outros. Além das questões já conhecidas historicamente e que dizem respeito ao ensino médio, vê-se também que, atualmente, há uma série de ações implementadas no âmbito do ensino médio, e que se confrontam. É o caso do Plano Nacional de Educação (PNE) que está indubitavelmente presentificado na luta histórica do magistério e dos movimentos sociais em prol da educação pública gratuita e de qualidade e da Reforma do Ensino Médio que faz caminho oposto ao do PNE.

É nesse contexto que foi criado pelo Governo do Estado do Espírito Santo o Programa ‘Escola Viva’. A criação do programa justifica-se nas políticas de âmbito nacional como o PNE, e se propõe a cumprir os princípios nelas estabelecidos. No entanto, alguns questionamentos são feitos quanto à finalidade do programa para o processo formativo dos sujeitos, visto que esse é coordenado e gerido por uma empresa privada, o Instituto de Corresponsabilidade da Educação (ICE). Essa relação gera certo receio na comunidade escolar e coloca em questão até que ponto vai a influência do setor privado na educação pública capixaba.

Em vista do que se propõe o Programa Escola Viva, a presente investigação buscará compreender como o programa pretende garantir essas melhorias na oferta e qualidade do ensino público estadual. Para desenvolver essa pesquisa faremos o acompanhamento do processo de implantação do programa em uma unidade de ensino estadual localizada na região sul do estado, que passará ao longo desse ano de 2018 a funcionar em turno único, a fim de responder a seguinte questão: O Programa Escola Viva tem condições de garantir melhorias na oferta e qualidade do ensino público estadual? Quais são os impactos dessa política para a formação dos jovens e o trabalho docente? De modo geral, a presente investigação pretende analisar os significados desse novo modelo de organização e funcionamento das escolas de ensino médio para a formação dos Jovens.

Para se alcançar tais objetivos serão utilizados como instrumentos de coleta de dados a análise dos documentos que norteiam o programa, elaboração de entrevista semi-estruturada que será realizada junto aos professores com a finalidade de compreender a visão desses sujeitos a cerca do programa e acompanhamento, observação e relatório

descritivo das experiências vivenciadas em campo. Além do aporte teórico que será utilizado para fundamentar as questões que se estabelecem de forma mais amplas.

Considerando essas concepções, esta pesquisa busca investigar se, o Programa 'Escola Viva', instituído pelo governo do estado do Espírito Santo, ao propor um novo modelo de organização e funcionamento das escolas de ensino médio, justificando e pautando tal reforma no Plano Nacional de Educação, tem atendido de forma efetiva aos interesses dos sujeitos que compõem a rede escolar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gilton Francisco Sousa de. **Relação trabalho e educação: Reflexões acerca da escolha profissional de jovens de classe menos favorecidas para o ensino superior**. IX Seminário Nacional De Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", João Pessoa, 2012.

DAGMAR, M.L.Z. **Breves anotações sobre a história do ensino médio no Brasil e a reforma dos anos 1990** In: **Ensino Médio e Ensino Técnico No Brasil e em Portugal** raízes históricas e panorama; Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, (Org.). Campinas: Autores Associados, 2005.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, 2007.

FAGNANI, Eduardo. **Além da Agenda Endógena da Educação: Propostas para a Construção Coletiva de um Projeto de Desenvolvimento**. Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, 2014.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **A Contrarreforma do Ensino Médio no Contexto da Nova Ordem e Progresso** Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, 2017.

NOSELLA, Paolo. **Ensino médio: em busca de princípios pedagógicos** Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 117, p. 1051-1066, 2011

_____. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Projeto de Lei Complementar nº 4/2015**. Dispõe sobre a implantação do "Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único" no Estado, denominado "Escola Viva". Disponível em: Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 799, de 12 de junho de 2015**, Cria o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único - "Escola Viva". Disponível em: Acesso em: 10 nov. 2017.